

# OS LUGARES SANTOS NOS RETÁBULOS PORTUGUESES: AS CRUZES EM MADEIRA DE OLIVEIRA E MADREPÉROLA DA TERRA SANTA (SÉCS. XVII-XIX)

ANTÓNIO MARQUES RODRIGUES\*

**Resumo:** *A distância entre Portugal e os Lugares Santos era vencida pela omnipresença de várias referências bíblicas no quotidiano dos fiéis. O Comissariado da Terra Santa em Portugal (1621-1833), instituição franciscana intimamente ligada à Custódia da Terra Santa, vocacionada à recolha e envio de esmolas para o sustento da instituição, reforçou esta relação. A generosidade dos benfeitores era retribuída com a oferta de objetos de devoção, produzidos na Terra Santa, em madeira de oliveira e madreperola. O presente estudo pretende contextualizar e expor esta prática como mecanismo de fomento da piedade, indagando sobre a presença deste tipo de peças nos retábulos portugueses, olhando-os para além — mas não só — da materialidade que apresentam.*

**Palavras-chave:** *Custódia da Terra Santa; Crucifixo de altar; Redes; Indulgências.*

**Abstract:** *The distance between Portugal and the Holy Places was bridged by the omnipresence of biblical references in the daily lives of the faithful. The Commissariat of the Holy Land in Portugal (1621-1833), a Franciscan institution closely tied to the Custody of the Holy Land, was dedicated to collecting and sending alms for its support, reinforcing this connection. Benefactors' generosity was rewarded with devotional objects made in the Holy Land, crafted from olive wood and mother-of-pearl. This study aims to contextualize and analyse this practice as a mechanism for fostering piety, examining the presence of such items in Portuguese altarpieces, while considering their significance beyond their materiality.*

**Keywords:** *Custody of the Holy Land; Altar cross; Networks; Indulgences.*

## INTRODUÇÃO

A omnipresença da Terra Santa no Portugal moderno concretizava-se de diversas formas, por meio de rituais de piedade como missas, pregações, representações artísticas, devoções populares e manifestações públicas de fé que traziam os Lugares Santos para o quotidiano das comunidades.

A relação de Portugal com a Terra Santa, apesar de nos remeter para períodos anteriores à nacionalidade, estreita-se em 1621 com a fundação do Comissariado da Terra Santa em Portugal. Esta instituição, umbilicalmente ligada à Custódia da Terra Santa e correlacionada com outras congéneres dispersas pela Europa, tinha em vista prover recursos financeiros para fazer cumprir a missão da Custódia da Terra Santa: rezar nos Lugares Santos, conservá-los e assistir os peregrinos (Piccirillo 1983). Esta necessidade de financiamento fez com que se encontrassem mecanismos para aproximar os fiéis ocidentais dos «Lugares da Redenção», sob estreita colaboração dos agentes de proximidade (comissários e esmoleres), fomentando a oferta de esmolas.

---

\* Professor de História no Ensino Básico. Email: ajmarquesrodrigues@gmail.com. ORCID: orcid.org/0009-0003-3385-2998.

A produção de objetos de devoção para os peregrinos foi progredindo por incentivo dos franciscanos, e alongou-se até aos nossos dias (Simões 2010, p. 84). A utilização de uma linguagem predominantemente franciscana, e iconograficamente distinguível, permite reconhecer a sua disseminação. Estes objetos, sobretudo em madeira de oliveira e madreperola, destacaram-se pelo seu carácter exótico, despertando o interesse de parte da sociedade moderna. Apesar de várias destas peças se encontrarem hoje musealizadas e desligadas da sua vocação original, este estudo pretende identificar e contextualizar o carácter religioso em que se inseriam primordialmente, colocando em hipótese as suas várias utilizações no culto público e/ou privado, como parte de composições retabulares de igrejas e capelas, indagando sobre a aproximação mística, por meio de relíquias, com a Terra Santa.

O estudo do Mediterrâneo Oriental tem desencadeado o interesse de investigadores de várias áreas, aliciados pelas potencialidades do *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa* (Jerusalém) para o estudo das comunidades locais e de relações de vária ordem com o Ocidente (Heyberger 1994; Tramontana 2015). No que respeita à produção de objetos de devoção, destaca-se Michele Piccirillo (2007), historiador franciscano, que se dedicou à redação da história da Custódia da Terra Santa e, conseqüentemente, à sua divulgação. Recentemente, Émilie Girard e Felicita Tramontana (2018), a última coordenadora do projeto HOLYLAB, e o investigador Jacob Norris (2019) avançam com alguns desenvolvimentos no que respeita às oficinas de produção e aos mecanismos de difusão de objetos de devoção.

A historiografia portuguesa, até ao momento, não se debruçou diretamente sobre a relação de Portugal com a Terra Santa no que respeita ao período moderno, mas tem aberto caminhos através da literatura de viagem (Mendes 2017; Carreira 2003; Cristóvão 1984). Na verdade, o espelhar do interesse em muito se deve à construção do Terra Sancta Museum, primeiro museu de arte cristã em Jerusalém. É de salientar, a colaboração de estudiosos portugueses na identificação e estudo das peças que outrora foram ofertadas por Portugal à Custódia da Terra Santa, por meio do comissariado sediado em Lisboa (Afonso et al. 2023).

Foram realizadas algumas investigações no sentido de aprofundar o percurso das coleções oriundas da Terra Santa como os trabalhos de Sérgio Gorjão (2003), João Simões (2010) e de Georgina Pessoa (2015), traçando o percurso das peças pela análise iconográfica e pela investigação documental. Estes autores foram, direta ou indiretamente, ao encontro da discussão historiográfica e etimológica descrita detalhadamente por Sandra Cruz em torno do termo «indo-português». A discussão prende-se com os critérios utilizados para denominar uma peça como sendo de estilo indo-português, nomeadamente se se deve considerar a sua composição ou a sua origem (Cruz 2016, pp. 20-28). Igual situação se constatou no que concerne aos objetos de devoção oriundos da Terra Santa que, pelas suas parecenças com outros, são erradamente englobados nesta nomenclatura.

A partir da nossa dissertação de mestrado (Rodrigues 2024), em que se abordou a formação, desenvolvimento e funcionamento do Comissariado da Terra Santa em Portugal, identificámos outras vias de investigação e problemáticas que fomentaram/abriram outros caminhos.

A partir do levantamento documental já realizado, foram utilizadas fontes impressas e manuscritas para a elaboração deste estudo. Primeiramente, foram tidos em consideração os relatos da literatura de viagem e de divulgação, nomeadamente as várias referências de Fr. Miguel das Almas (1755). Esta obra é particularmente elucidativa da forma como as contas, cruces e rosários chegavam a Portugal e dos mecanismos utilizados para a sua correta entrega aos benfeitores da Terra Santa. Segundamente, analisaram-se as várias listas manuscritas com a relação de objetos de devoção adquiridos em Jerusalém do fundo do *Hospício da Terra Santa* do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). De forma complementar, salientaram-se as várias circulares episcopais sobre assuntos ligados à atuação do comissariado nas suas dioceses (autorização para a recolha de esmolas e avisos sobre a circulação de objetos de devoção falsificados).

A seleção de quatro cruces de altar para analisar neste artigo advém de uma pesquisa que tem sido realizada nas bases de dados disponíveis (RAIZ), mas também do contacto direto com as instituições (museus, fundações, irmandades, confrarias, paróquias e particulares), interrogando sobre a existência desta tipologia de peças nas suas coleções<sup>1</sup>. A seleção das cruces de altar em análise, oriundas do Museu de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Museu Nacional Alberto Sampaio (Guimarães), do Museu da Fundação do Oriente (Lisboa) e da paróquia de São João Batista (Bragança), prende-se com a variedade de representação e a sua dispersão geográfica.

Desta forma, o presente texto pretende responder a quatro questões concretas: Como chegavam estes objetos de devoção a Portugal? Quais as características distintivas destes objetos? Que testemunhos materiais temos da sua passagem? Para onde se destinavam?

Primeiramente, detemo-nos na fundação e organização da Custódia da Terra Santa, assim como no desenvolvimento da «produção» de objetos de devoção para, num segundo momento, se explorarem os mecanismos de difusão destes objetos a partir das redes europeias de comissariados. Por fim, a partir de uma seleção ilustrativa de quatro cruces de altar provenientes da Terra Santa, é efetuada uma análise exemplificativa dos traços gerais deste género de objeto de devoção. Tendo em conta que estas peças poderiam ter várias funções e inserir-se em diversos contextos, integrando retábulos (banqueta) ou sendo transportadas em atos públicos para veneração dos fiéis (procissões), o seu carácter espiritual e simbólico será igualmente dissecado.

---

<sup>1</sup> Uma palavra de agradecimento a todas as instituições (públicas e privadas) que, prontamente, se disponibilizaram a fim de levar avante esta pesquisa.

## 1. A CUSTÓDIA DA TERRA SANTA E A «PRODUÇÃO» DE OBJETOS DE DEVOÇÃO

O fracasso das Cruzadas (séculos X a XIII) e o despertar de outras prioridades bélicas na Europa levaram à procura de alternativas para que se mantivesse a presença católica junto dos Lugares Santos (Heyberger 2021, p. 310; Poumarède 2008, p. 41).

A denominação de «Terra Santa» à região da Palestina, parte da Síria Meridional e do norte do Egipto deve-se ao facto desta ter acolhido a «presença do Redemptor do mundo [Jesus Cristo], que nela nasceo, viveo & morreo, ilustrando-a com a sua doutrina & milagres, & com o mistério da nossa Redempção» (Bluteau 1728, vol. VIII, p. 112). Assim, o conjunto dos pontos em que se deram as passagens bíblicas são considerados como «Lugares Santos» pela carga espiritual e histórica que lhes está associada.

A Ordem dos Frades Menores, em 1217, fundou a Província do Oriente e, nos anos seguintes (1219-1220), Francisco de Assis, com a devida autorização do Sultão Memeluco do Egipto, peregrinou aos Lugares Santos (Piccirillo 1983, pp. 16-17). Entre avanços e recuos, em 1333, sob o patrocínio do rei Roberto de Nápoles e a rainha Sancha da Sicília, foi conseguida autorização para que um grupo de 12 frades residisse em Jerusalém a fim de venerarem os Lugares da Redenção. Desta forma, lançaram-se as bases para a fundação da Custódia da Terra Santa, que em 1342 foi reconhecida canonicamente como presença católica nesta região (Piccirillo 1983, p. 310).

A função dos franciscanos assenta — uma vez que a instituição se mantém até à atualidade — em três pilares: rezar nos Lugares Santos, prover a sua manutenção e cuidar dos peregrinos. A partir do século XVI foi acumulada a missão de assistir espiritualmente as comunidades católicas locais (Heyberger 2021, p. 322).

A Ordem teve dificuldades na sua sustentação, uma vez que a reduzida presença católica na região impossibilitava a subsistência de uma comunidade religiosa com as esmolas locais. A colaboração dos territórios europeus do ponto de vista financeiro e diplomático foi essencial. Se, por um lado, foram enviados procuradores para junto das cortes para sensibilizar os soberanos para os assuntos da Terra Santa, apelando à sua generosidade; por outro, era pedida a sua intercessão em alguns casos de conflito com as outras confissões cristãs, principalmente, os gregos ortodoxos, e com as autoridades locais, primeiramente mamelucas e, posteriormente, otomanas sediadas em Constantinopla (Heyberger 2021, pp. 318-319; Tramontana 2019, pp. 135-137).

O gradual comprometimento de Espanha fez com que se assumisse como legítima sucessora dos monarcas fundadores (Roberto de Nápoles e Sancha da Sicília), apesar de outros territórios também se terem associado (França, Portugal, Império e cidades italianas) com a fundação de comissariados e a consequente formação de uma rede de recolha e envio de esmolas para Jerusalém. De modo a assegurar a chegada e entrega das esmolas à Custódia, foram sendo fundados hospícios nas cidades portuárias (Marselha, Livorno, Messina e Malta) que recebiam os frades condutores de diversas proveniências e agilizavam contratos com outros navios mercantes a fim de dar continuidade à sua viagem (Tramontana 2023, p. 405).



**Fig. 1.** Caixa-relicário (Lipsanoteca), século XVII/XVIII. N.º de inventário TMSB0111MOB  
Fonte: ©Tesouro-Museu da Sé de Braga

É sabido que os peregrinos, desde tempos imemoriais, recolhiam pedras, ramos e folhas e levavam-nos consigo como recordação da sua peregrinação, considerando-os como um amuleto, com propriedades taumaturgas ou de proteção, guardando-os devotamente (Almas 1755, pp. 189-190). Esta prática compreende-se à luz daquilo que, no século XV, destacou Fr. Francesco Soriano, revelando a manutenção e refinamento destas práticas:

*Se a Santa Cruz, que apenas segurou o redentor por seis horas, cura tantos enfermos, expulsa demónios, e ressuscita mortos; se o Santo Sepulcro no qual só esteve trinta e seis horas o corpo sem alma, concede tanta virtude por todo o mundo, que havemos de dizer desta terra na qual passou o Senhor trinta e três anos? Não somente a terra, mas todas as coisas que ela contém [...] são santíssimas. Um só santo fruto, uma santa árvore, um santo ramo, um santo legume, uma santa erva, um santo pão, uma santa pedra, todas as santas coisas estão cheias de virtude (cit. Piccirillo 2007, pp. 29-30)*

As primeiras referências à produção de objetos de devoção (contas, terços, pequenas cruzes, etc.) nesta geografia datam do século IV e, lentamente, apesar de continuarem a circular individualmente, os fragmentos dos Lugares Santos começaram a ser introduzidos em cruzes, rosários, maquetas ou em pequenas caixas-relicário (Fig. 1). Na verdade, este tipo de ocupação veio prover um trabalho condigno aos cristãos locais e satisfazer o desejo dos peregrinos de levarem consigo uma lembrança da sua peregrinação (Girard e Tramontana 2018).

A produção destes objetos era realizada em estreito contacto com os frades franciscanos, de forma que as representações iconográficas fossem ao encontro dos cânones da época (Norris 2019, p. 73). Na mesma medida, no século XVII, houve um investimento dos frades no desenvolvimento e aprimoramento do processo de fabricação (Girard e Tramontana 2018), permitindo a introdução mais cuidada da madreperola. A madreperola, proveniente da concha de molusco bivalve disponível a baixo custo nas praias da Palestina e transversal um pouco por toda a costa asiática, depois de vários tratamentos, adquiria um brilho único, semelhante à prata, com tons rosados (Simões 2010, p. 77).

As peças (cruzes, contas, rosários, etc.) uma vez adquiridas pela Custódia eram «benzidas em cima do Santo Sepulchro por um sacerdote, depois de sobre ellas dizer missa, [...] tocadas na pedra onde foi ungido o Senhor, e depois metidas no buraco onde meteram a cruz de Christo» adquiriam o carácter de «reliquia de contacto», cumuladas de indulgências, equiparadas àquelas que eram concedidas aos peregrinos. Por este motivo, os objetos tornavam-se ainda mais atrativos aos fiéis pelos benefícios espirituais a eles associados (Almas 1755, pp. 198-200).

A identificação da proveniência das peças nem sempre é clara, tendo em conta que a utilização da madreperola em peças decorativas é comum a toda a costa asiática e, talvez também por isso, este material foi introduzido em objetos de devoção (Simões 2010, p. 77). Não obstante, existem alguns elementos que permitem distinguir as peças da Terra Santa de outras realizadas com a mesma técnica. Ainda que seja comum a inventariação deste tipo de peças como de estilo indo-português (Simões 2010, p. 77), é possível reconhecer a proveniência dos objetos produzidos nas oficinas de Belém, Ain Karem e de Jerusalém pela sua gramática representativa (Piccirillo 2007, p. 39).

A presença de dois elementos permite uma identificação imediata da proveniência: a cruz potenteia e as armas franciscanas. A cruz potenteia, uma cruz rodeada de quatro cruzes mais pequenas que nos remetem para as cinco chagas de Cristo, e as armas franciscanas, símbolo da Ordem que consiste na sobreposição de dois braços cruzados estigmatizados sob uma cruz, simbolizando a união de São Francisco à Paixão de Cristo, são elementos indeléveis da Custódia nas peças (Piccirillo 2007, p. 39).

A figura de Jesus Cristo apresenta-se como a figura central, seguindo-se a Virgem Maria, representados sob diversas formas e ilustrando diversas passagens bíblicas (Anunciação, Visitação, Ressurreição, etc.). Na mesma medida, a presença do monograma cristológico — IHS — e mariano — M — e de elementos ligados aos trabalhos da Paixão — *Arma Christi* — como pregos, chicotes e canas.

Por vezes, podem ser acrescentados outros elementos ou figuras, como por exemplo, nos braços da cruz, os evangelistas (Fig. 2). Em alguns casos, verifica-se também a representação de santos, primando pela representação dos primeiros mártires e/ou de personagens relacionadas com a Ordem franciscana. A presença de uma linguagem naturalista, assente em folhas e flores que pontilham, emolduram e preenchem os espaços vazios, numa clara reverberação da cultura europeia (Piccirillo 2007, p. 39).



**Fig. 2.** Crucifixo de altar. N.º de inventário ColSB#27926.  
78,5 x 32,4 x 9,6 cm  
Fonte: ©Fundação Oriente, Lisboa

## 2. MECANISMOS DE INCREMENTO DE PIEDADE: A DIFUSÃO DE OBJETOS DE DEVOÇÃO

A peregrina Egéria, natural da Península Ibérica, no século IV, foi a primeira a redigir sobre a sua peregrinação à Terra Santa. Como Egéria, muitos outros a antecederam e sucederam, tal como nos comprovam as inúmeras obras de literatura de viagem (Cristóvão 1984). A constatação das diversas dificuldades é transversal a todos os relatos, uma vez que, para além da distância, outros fatores como piratas, epidemias e tempestades dificultavam o sucesso da peregrinação e tinham um efeito dissuasor nos fiéis (Mendes 2017, pp. 174-175).

A Custódia da Terra Santa, inserida num território hostil, encontrou na formação dos comissariados, nos vários territórios europeus, uma forma de subsistir

financeiramente. A formação de uma rede de comissariados dedicados à recolha e seguro envio de esmolos para a sustentação desta Obra Seráfica na Palestina (Garcia Barriuso 1992, vol. I, p. 191) potenciou a construção de uma rede de circulação exclusiva da Custódia, ligando os vários comissariados entre si e os mesmos a Jerusalém (Tramontana 2023, pp. 405-412).

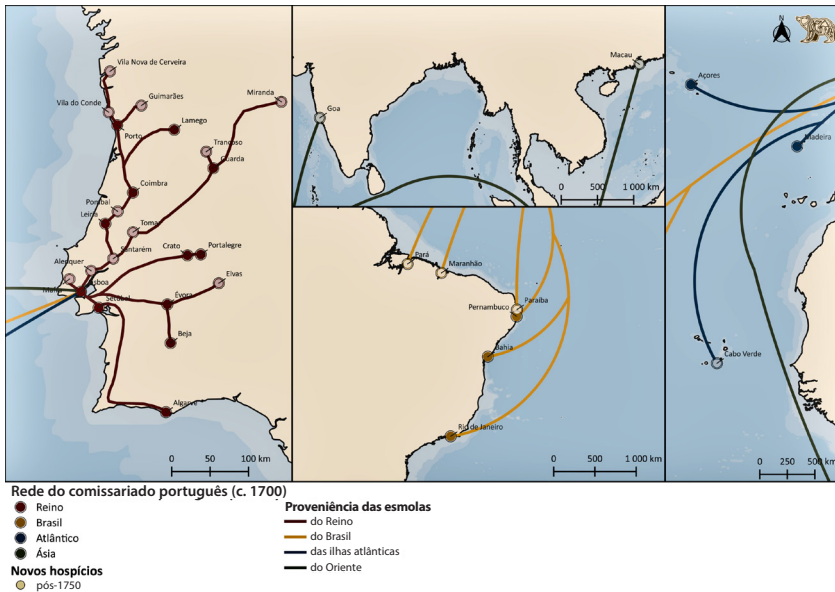
O Comissariado da Terra Santa em Portugal foi fundado em 1621 no Capítulo Franciscano em Segóvia, ligado aos restantes e diretamente subordinado à congénere castelhana sediada em Madrid (Garcia Barriuso 1992, vol. I, p. 330). Com a «Restauração» da independência (1640) e as consequentes «guerras da Restauração» (1640-1668) também o comissariado repensou a sua ligação a Castela e começou a enviar as suas esmolos por meio do comissariado em Roma (1664-1668). Muitos afirmavam que as esmolos não eram corretamente entregues, uma vez que eram somadas às dos territórios que as entregavam, colocando em causa a credibilidade da instituição junto dos benfeitores. Assim, em 1691, com autorização do provincial franciscano e da Propaganda Fide, o comissariado português, pelos seus próprios meios, iniciou um conjunto de viagens entre Lisboa e Jerusalém para entregar as esmolos recolhidas em Portugal e nas conquistas (Santo António 1734, vol. I, pp. 422-431), que se prolongaram até 1833.

O envio frequente de esmolos (em média 40 000 cruzados e de outros bens para a liturgia, para a botica e para o quotidiano) apenas era possível pelo desenvolvimento, no início do século XVIII, de uma rede de recolha de esmolos em Portugal e nas conquistas, centralizada no Hospício da Terra Santa no Convento de São Francisco da cidade de Lisboa (ASCTS. *Libro de condotte n.º 8*, fls. 2r-60r) (Fig. 3)<sup>2</sup>.

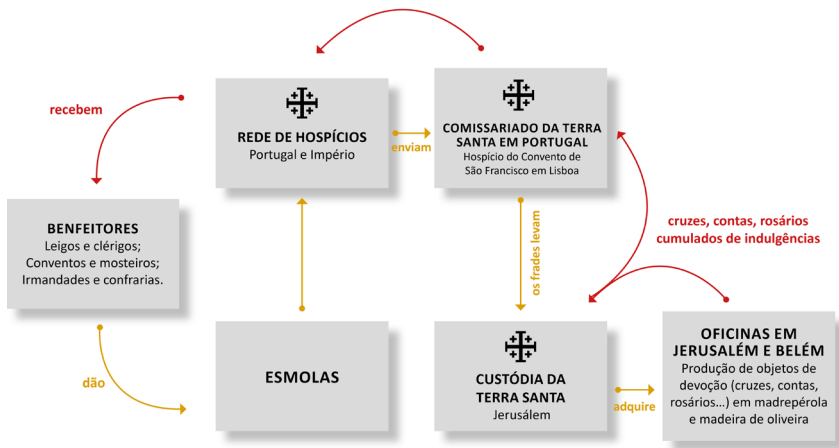
A viagem de Fr. António do Sacramento, como condutor das esmolos em 1739 (Apêndice I), é ilustrativa da relação existente entre os vários comissariados e do papel dos mesmos como pontos de abastecimento e de orientação. Uma vez aportados, eram recebidos por um frade da Terra Santa que lhes fornecia abrigo e alimentação até que, por seu intermédio, se articulasse um novo navio «conhecido e temente a Deus» que pudesse continuar a missão (Sacramento 1748, pp. 56-58). Chegados à Terra Santa, os condutores entregavam as esmolos e peregrinavam pelos vários santuários. No fim, adquiriam objetos de devoção à Custódia que eram produzidos na Terra Santa e exportados para Ocidente (Norris 2019, p. 71). As várias listas que se recolheram no ANTT dão-nos conta das centenas de peças que eram adquiridas (contas, rosários, cruzes, lapinhas, etc.), bem como maquetes dos Lugares Santos e cruzes de maior dimensão para altares de igrejas e/ou capelas particulares.

---

<sup>2</sup> Agradecimento ao Dr. Bernardo Souza produtor dos mapas em exposição.



**Fig. 3.** Rede de recolha de esmolas do Comissariado da Terra Santa em Portugal (século XVIII). PT-TT-HTS-L014 (1700-1710), fls. 70-79; PT-TT-HTS-L001 (1742-1769), fls. 54v-75; PT-TT-HTS-L008 (1788-1793), fls. 1-37v; Matos 1980  
 Fonte: ©Bernardo Souza – QGIS, 3.28 'FIRENZE'



**Fig. 4.** Circulação de objetos de devoção

Em Portugal, a entrega dos objetos de devoção seguia o caminho contrário das esmolas, ou seja, da mesma forma que as esmolas eram recolhidas em Portugal e nas conquistas por meio de esmoleres e, posteriormente, centralizadas em Lisboa para serem enviadas para Jerusalém, semelhantemente, o caminho contrário era realizado pelos objetos de devoção. Desta forma, depois de chegados ao hospício de Lisboa, eram difundidos pelos esmoleres para as restantes geografias, chegando, enfim, aos benfeitores.

A necessidade de fomentar a licitude da ação da Custódia, provendo-a de meios humanos e financeiros para se afirmar neste ambiente adverso, fez com que se procurassem estratégias e mecanismos de fomento da piedade e devoção dos fiéis ocidentais. A par da divulgação regular de notícias e de publicações sobre os acontecimentos naquela região, a oferta de objetos de devoção integrava um destes mecanismos com vista ao fomento da piedade e à credibilização da ação da instituição. Por conseguinte, a piedade materializava-se na disponibilização de recursos, sob a forma de esmola, para os Lugares Santos, uma vez que a instituição concedia provas de reta conduta e de fiabilidade, comprovando com os objetos a sua viagem aos Lugares Santos para a entrega das esmolos.

O reconhecimento da colaboração dos benfeitores poderia ser contentamento suficiente por si só, no entanto, devemos notar o carácter exótico destas peças. Além disso, como mencionado, a forte carga espiritual associada às cruzes, contas e rosários, concedendo benefícios espirituais tanto para os próprios como para outros a quem se desejasse aplicar essas indulgências, também era um fator de grande interesse (Golsenne 2010). De igual modo, deve ser destacado o cuidado em produzir documentos que autenticassem estas peças, confirmando a sua proveniência e os benefícios espirituais que lhes estavam cumulados, tal como verificámos no caso da cruz-relicário de Lamego analisada por Georgina Pessoa (2015).

A atratividade dos benefícios espirituais começou a ser colocada em causa quando começam a circular em Portugal peças similares em madeira e madrepérola, desenvolvendo-se sob a forma de contrabando. Algumas provisões avançam que artesãos nacionais começaram a produzir objetos à maneira de Jerusalém (ANTT. *Hospício da Terra Santa*, mç. 35, doc. 106-107), enquanto outros acusam «os Gregos e scismaticos da Palestina» que, por meio dos malteses (BNP. *Códice COD.8749*, doc. 3), os começaram a introduzir na Europa para enfraquecer a Custódia. Assim, a par do determinado pela Santa Sé, os bispos em Portugal e nas conquistas outorgaram várias provisões e circulares a excomungar os prevaricadores.

Se os esmoleres utilizavam estas peças como gratificação, fomentando a piedade e devoção dos fiéis aos Lugares Santos e a sua consequente implicação financeira, com a introdução de objetos falsificados e a sua generalização, esta prática estaria condenada à banalização, confundindo-se originais com réplicas, frustrando este mecanismo de fomento da piedade.

Assim, é compreensível a constante reafirmação da credibilidade junto dos fiéis, uma vez que a mesma era fundamental para a subsistência dos comissariados e, consequentemente, da Custódia. Afinal, foi sob o argumento do descrédito que, em 1833, D. Pedro IV extinguiu o comissariado em Portugal, visto que «desde muitos annos se sustentava pelo abuso vergonhoso que fazia da credulidade dos povos, extraindo-se-lhe delles importantes sommas sob falsos pretextos, e em ludibrio da verdadeira Religião Catholica Apostolica Romana, que parte hão sido descaminhadas por mãos fraudulentas, parte empregadas para fins ilícitos e até criminosos» (*Collecção de Decretos e Regulamentos [...] 1836*, p. 270).

### 3. A TANGIBILIDADE DOS LUGARES SANTOS: OS CRUCIFIXOS DE ALTAR

As oficinas da Terra Santa, localizadas sobretudo em Jerusalém e em Belém, especializavam-se na produção de pequenos objetos de devoção (cruzes, contas e rosários); contudo, tanto quanto se verificou, alguns relatórios dão conta da produção de crucifixos de maior dimensão denominados de «cruz de altar» (ANTT. *Hospício da Terra Santa*, mç. 20, doc. 12; *vd.* Apêndice I).

É indiscutível a importância da cruz no culto cristão, sendo esta fundamental para atos religiosos públicos ou particulares. Da mesma forma, a cruz de altar, ladeada dos respetivos castiçais com velas, rematava as banquetas dos altares para a celebração da missa (Igreja Católica 1960, p. 97) que, com a evolução dos tempos e o formar dos gostos, foram sendo formadas de diferentes formas e de diferentes materiais.

Na celebração da missa, o pão e o vinho, pelo milagre da transubstanciação, tornavam-se verdadeiro corpo e sangue de Cristo, repetindo o sacrifício perpetuado outrora no alto do Calvário. Assim, a presença de uma cruz oriunda da mesma região onde, historicamente, fora consumado o sacrifício, que poderia ser carregar de pequenas pedras desse mesmo espaço, permitia que se trouxesse Jerusalém para o centro da vida comunitária dos fiéis. Algo semelhante à formação de vias-sacras no centro das localidades europeias ou no alto dos montes — sacromontes — fomentada pelos franciscanos com vista a trazer a Cidade Santa para o quotidiano, sinais que, *grosso modo*, se perpetuam até aos nossos dias (Piccirillo 2007, p. 31).



**Fig. 5.** Pormenor do Crucifixo de altar. S/inventário. 121x35 cm

Fonte: ©Paróquia da Sé de Bragança/Teresa Silva



**Fig. 6.** Base de crucifixo de altar. N.º de inventário AO 0278. 63x26 cm

Fonte: ©Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Museu de São Roque-Paulo Cintra & Laura Castro Caldas, 2010

O levantamento que temos vindo a realizar tem-se revelado frutífero na medida em que se têm identificado objetos provenientes da Terra Santa que, apesar de carecerem de uma correta identificação, se encontram dispersos pelas coleções portuguesas. Na verdade, até ao momento somamos mais de 300 peças, de várias tipologias, em Portugal continental e insular, abrindo espaço a que se encontrem muitas outras nas antigas colónias portuguesas (Brasil<sup>3</sup>, Cabo verde, Angola, Moçambique, Goa, Macau) que outrora enviavam dinheiro e géneros para os Lugares Santos, tal como notámos nos livros de contas (ANTT. *Hospício da Terra Santa*, liv. 1 (1742-1769); liv. 8 (1788-1793); liv. 14 (1700-1710)).

A produção de objetos de devoção foi muito além das cruzes de altar aqui em análise. Contudo, importa entender onde se inseriam estes objetos e para que fins se destinavam. De forma exemplificativa, tendo em atenção as diferentes tipologias, selecionaram-se quatro crucifixos de altar que, pelas suas características, indubitavelmente, foram produzidos na Terra Santa.

As cruzes de altar, tal como teve oportunidade de aprofundar Georgina Pessoa (2015) para a cruz-relicário de Lamego, certamente, correspondiam a encomendas por parte do Comissariado da Terra Santa em Portugal para o uso no culto público ou privado de ordens religiosas, cabidos, confrarias, irmandades ou particulares. De facto, a documentação que acompanhava a peça comprovava a autenticidade da sua origem e a veracidade da origem das pedras que ela continha, descrevendo detalhadamente a proveniência de cada pedra (Pessoa 2015, pp. 11-16).

Estas peças das coleções do Museu Alberto Sampaio, em Guimarães (Fig. 8), do Museu São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fig. 10), do Museu do Oriente (Fig. 9) e da paróquia de São João Batista, em Bragança (Fig. 7), constituem-se como quatro exemplos distintos da produção e circulação destas peças em Portugal. A clara identificação da origem das peças prende-se sobretudo com a sua iconografia, pela predominância dos elementos já referidos (cruz potenteia, armas franciscanas, etc.), apesar de, até ao momento, não se terem identificado outros documentos comprovantes da sua origem tal como se verificou em Lamego (Pessoa 2015, pp. 29-39).

As peças, apesar de terem elementos em comum, do ponto de vista iconográfico e da disposição dos elementos, claramente também estiveram sujeitas à evolução do gosto e à passagem do tempo e, por isso, foram alvo, no nosso entender, de acrescentos e/ou adaptações. Tal é plenamente visível no acrescento de um resplendor em estilo indo-português (Fig. 8), que não encaixa corretamente, e de uma figura de Cristo em madeira policromada, algo que, visivelmente, fora acrescentado, uma vez que por detrás tem a representação do mesmo em madrepérola (Fig. 7).

---

<sup>3</sup> Por exemplo, na coleção do Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro) existe uma maquete em madeira de oliveira incrustada com madrepérola da Basílica do Santo Sepulcro (Piccirillo 2007, p. 61).



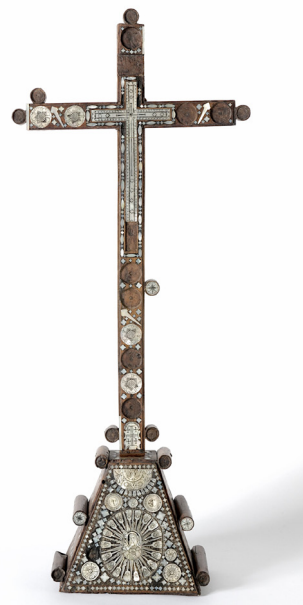
**Fig. 7.** Crucifixo de altar. S/inventário. 121x35 cm  
Fonte: ©Paróquia da Sé de Bragança/  
Teresa Silva



**Fig. 8.** Crucifixo-relicário. N.º de inventário  
MAS ED 1. 50,5x21 cm.  
Fonte: ©Museu Alberto Sampaio, Guimarães



**Fig. 9.** Crucifixo de altar. N.º de  
inventário ColSB#27918. 67x29 cm  
Fonte: ©Fundação-Museu Oriente, Lisboa/  
Manuel Costa Alves



**Fig. 10.** Crucifixo de altar. N.º de inventário AO 0278.  
63x26 cm  
Fonte: ©Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Museu de São Roque/  
Paulo Cintra & Laura Castro Caldas, 2010

As marcas do tempo são visíveis pela ausência de alguns embutidos, nomeadamente nas Figuras 7 e 10, o que também demonstra a facilidade de deterioração deste tipo de peças ante fatores desfavoráveis à conservação.

A proveniência dos crucifixos de altar em análise — exceto a cruz-relicário do Museu Alberto Sampaio<sup>4</sup> — encontra-se ainda por identificar. Não obstante, vários poderão ser os percursos tomados por estas peças, entregues em herança dentro de famílias e/ou vendidas/adquiridas em leilão, como no caso da coleção do Museu do Oriente<sup>5</sup>. Da mesma forma, conhecendo de antemão que muitos conventos contribuíam diretamente para a Terra Santa, naturalmente, com a sua extinção e a nacionalização dos seus bens móveis e imóveis, estes objetos encontraram outros rumos.

É natural concluir que estas peças integravam, a par de relíquias de santos, de castiçais e sacras, os retábulos barrocos como peças móveis, suscetíveis às mudanças de sensibilidade e às reformas litúrgicas — Concílio Vaticano II (1962-1965). Por isso, neste momento, poucas peças se encontram ao culto.

A linguagem barroca permanece evidente, embora não exaustiva na forma, mas manifestando-se no conteúdo, com elementos que concheados, corvados e contracurvados, preenchidos por flores e figuras geométricas que rodeiam figuras sagradas (Cristo, a Virgem e os santos) e elementos simbólicos e/ou figurativos como o monograma IHS, um coração ou uma pomba (Fig. 6).

Os crucifixos de altar apresentados, manifestamente, são apenas uma pequena parte daqueles que poderiam ser explorados; contudo, este texto pretende suprir uma necessidade historiográfica, com vista a produzir conhecimento sobre este tipo de objetos, a sua produção e difusão em território português, abrindo novos horizontes de investigação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de objetos de devoção pelas comunidades cristãs da Terra Santa foi ao encontro da satisfação do desejo dos peregrinos de levar lembranças dos Lugares Santos e da sustentação económica das comunidades cristãs locais.

A Custódia da Terra Santa identificou nestes objetos um grande interesse por parte dos ocidentais, quer pelo seu carácter exótico quer pelos seus benefícios espirituais. Assim, socorrendo-se das redes de recolha e de envio de esmolas, fomentava que cada comissariado adquirisse peças e as levasse para regalar os benfeitores. Esta prática, para além de ser um gesto de reconhecimento da importância dos doadores, conferia credibilidade à instituição que, ao trazê-los, comprovava que a viagem para a entrega das esmolas foi executada. Desta forma, a instituição saía fortalecida e legitimada na sua

<sup>4</sup> O crucifixo de altar (MAS ED 1) integrou a coleção do Museu Alberto Sampaio em 4 de julho de 1933, proveniente da extinta Irmandade do Cordão e Chagas da Igreja de São Francisco.

<sup>5</sup> A Fundação Oriente adquiriu, em 2007, a totalidade da coleção de peças em madrepérola do mestre Soares Branco (vd. Gorjão, coord., 2003; *Da Terra Santa ao Japão* [s.d.]).

missão, levando a que mais fiéis confiassem no comissariado como seu intermediário entre a sua generosa oferta e Jerusalém. A quebra desta confiança justificaria a extinção desta instituição em 1833.

As indulgências acrescentavam valor aos objetos, uma vez que, em alguns casos, estas eram similares àquelas concedidas aos peregrinos que despendiam meios, tempo e se expunham a perigos (piratas, tempestades, doenças, entre outros), colocando a sua vida em risco, para visitar os Lugares Santos. O desejo por parte dos ocidentais por estes objetos fez com que se encontrassem fontes dúbias de os adquirir (contrafação e contrabando).

Através das listas de objetos de devoção adquiridos e chegados ao Hospício da Terra Santa em Lisboa, foi possível identificar as várias tipologias que chegavam a Portugal (cruzes de altar, cruzes-relicário, maquetes, conchas, rosários e contas, etc.).

As quatro cruzes de altar apresentadas são apenas uma parte daquelas que se identificaram nas coleções nacionais, entre tantas outras que se poderão a vir a reconhecer. A presença de uma gramática própria, assente numa linguagem franciscana, fortemente ligada ao culto de Cristo, da Virgem Maria, dos mártires e dos santos da Ordem, a par das decorações vegetalistas e geométricas, facilitaram esta identificação.

A formação do comissariado português e o desenvolvimento de uma extensa rede de recolha e envio de esmolas, baseada na proximidade, trouxeram os Lugares Santos cada vez mais para o quotidiano dos fiéis. Por esta mesma rede, disseminaram-se objetos de devoção, cumulados de indulgências. As cruzes de altar, centrais no mistério que evocam, integravam composições retabulares, tanto em espaços públicos como privados (como capelas e oratórios particulares), representando algo mais profundo e complexo que a sua materialidade, tornando os Lugares Santos mais tangíveis para os fiéis.

A identificação deste património pretende valorizá-lo como testemunho da relação de Portugal com a Terra Santa. Neste sentido, torna-se fundamental a realização de um levantamento exaustivo em território nacional e, se possível, junto dos territórios pertencentes às antigas colónias portuguesas, desta tipologia de peças, com o objetivo de realizar um estudo aprofundado do percurso das mesmas até aos nossos dias, salientando redes de sociabilidade e clientelares que permitiam a sua chegada, bem como do seu real valor e representação no contexto religioso e social.

## FONTES

### **Arquivo Nacional Torre do Tombo**

ANTT. *Hospício da Terra Santa*, liv. 1 (1742-1769); liv. 8 (1788-1793); liv. 14 (1700-1710).

ANTT. *Hospício da Terra Santa*. mc. 35, doc. 106-107, doc. 108-112, doc. 220-223, doc. 189-207.

ANTT. *Hospício da Terra Santa*, mc. 20, doc. 12. [*Memória do que veio de Jerusalém*], 1759.

### **Archivio Storico della Custodia di Terra Santa**

ASCTS. *Libro de condotte n.º 8*, fls. 2r-60r.

**Biblioteca Nacional de Portugal**BNP. *Códice* COD.8749, doc. 3.**FONTES IMPRESSAS**

ALMAS, Miguel das, 1755. *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalém: lagrimas, e tormentos, com que na Palestina acabão os filhos do serafico P. S. Francisco que residem naqueles santos lugares [...]*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa.

SANTO ANTÓNIO, João Baptista de, 1734-1749. *Paraiso seráfico, plantado nos santos lugares da redempção [...]*. Lisboa: na Officina de Domingos Gonçalves. 3 vols.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AFONSO, André das Neves, et al., 2023. *Tesouro de Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-989-9119-15-4.

BLUTEAU, Rafael, 1728. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: na Officina de António Pedrozo Galram, vol. VIII.

CARREIRA, José Nunes, 2003. A Terra Santa em relatos portugueses de viagem (séc. XVI-XVII). *Cadmo*. (13), 55-78. ISSN 2183-7937.

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino [...]* [Em linha]. Lisboa: na Imprensa Nacional, 1836 [consult. 2025-04-26]. Disponível em: <https://net.fd.ulisboa.pt/legis/1833.htm>.

CRISTÓVÃO, Fernando, 1984. *Os itinerários da Terra Santa como literatura de peregrinação e viagem*. Lisboa: FLUL.

CRUZ, Sandra Cristina Loureiro da, 2016. *Conversas de contadores sobre o indo-português: a justificação de uma exposição*. Dissertação de mestrado em Gestão e Estudos da Cultura: Ramo de Património e Projetos Culturais, ISCTE-IUL.

Da Terra Santa ao Japão: Objetos devocionais em madrepérola. *e-cultura. pt* [Em linha] [s.d.] [consult. 2024-09-23]. Disponível em: <https://www.e-cultura.pt/artigo/31907>.

GARCIA BARRIUSO, Patrocinio, 1992-1994. *España en la Historia de Tierra Santa*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores. 2 vols.

GIRARD, Émilie, e Felicitá TRAMONTANA, 2018. La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle. *Archives de sciences sociales des religions* [Em linha]. Jul.-set. (183), 247-260 [consult. 2024-09-25]. ISSN 1777-5825. Disponível em: <https://journals.openedition.org/assr/38865>.

GOLSENNE, Thomas, 2010. Parure et culte. Em: Alain DIERKENS, Gil BARTHOLEYNS e Thomas GOLSENNE, eds. *La performance des images*. Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, pp. 71-84.

GORJÃO, Sérgio, coord., 2003. *A luz do oriente: madrepérolas e objectos orientais de devoção cristã*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos.

HEYBERGER, Bernard, 2021. Les frères mineurs de la Terre Sainte entre régime ottoman et Réforme catholique (XVIIe - début XIXe siècle). *Études Franciscaines*. Nova Série, (14), 309-328. ISSN 2540-3818.

HEYBERGER, Bernard, 1994. *Les chrétiens du Proche-Orient au temps de la Réforme catholique (Syrie, Liban, Palestine, XVIIe-XVIIIe siècles)*. Roma: École Française de Rome. ISBN 2-7293-0309-6.

IGREJA CATÓLICA, 1960. *The new rubrics of the Roman Breviary and Missal*. Sydney: Catholic Press Newspaper.

- MATOS, Artur, 1980. *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MENDES, Paula Almeida, 2017. Peregrinações e lugares sagrados à luz de fontes portuguesas (séculos XVI-XVIII). Em: Maria Alexandre LOUSADA, e Vitor AMBRÓSIO, ed. *Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal*. Lisboa: CEG-IGOT-Ulisboa, pp. 171-185. ISBN 978-972-636-247-0.
- NORRIS, Jacob, 2019. Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. *Journal of Global History* [Em linha]. **14**(1), 68-86 [consult. 2024-09-25]. ISSN 1740-0236. Disponível em: [https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/abs/dragomans-tattooists-artisans-palestinian-christians-and-their-encounters-with-catholic-europe-in-the-seventeenth-and-eighteenth-centuries/F036F4828B4E734A378FBFC05552330C?utm\\_campaign=shareaholic&utm\\_medium=copy\\_link&utm\\_source=bookmark](https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/abs/dragomans-tattooists-artisans-palestinian-christians-and-their-encounters-with-catholic-europe-in-the-seventeenth-and-eighteenth-centuries/F036F4828B4E734A378FBFC05552330C?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark).
- PESSOA, Georgina, 2015. Cruz Relicário. *INventa MUSEU: Revista da Secção de Inventário*. (1), 10-41. ISSN 2183-4482.
- PICCIRILLO, Michele, 2007. *La Nuova Gerusalemme: artigianato Palestinese al servizio dei Luoghi Santi*. Jerusalém: Edizioni Custodia di Terra Santa. ISBN 9788871353159.
- PICCIRILLO, Michel, 1983. *La Custodia di Terra Santa e l'Europa*. Roma: Il Veltro Editrice. ISBN 88-85015-18-2.
- POUMARÈDE, Géraud, 2008. La France et Jérusalem (XVIe-XIXe siècle). *Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France*. 41, 39-62. ISSN 0399-1350.
- RODRIGUES, António Marques, 2024. «Esmola do sereníssimo rei e de seus vassallos»: Portugal e a Custódia da Terra Santa (séc. XVII-XVIII). Dissertação de mestrado em História e Património. Construção de Memórias: Estudos Locais e Regionais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SACRAMENTO, António do, 1748. *Viagem Santa, e peregrinação Devota, que aos Santos Lugares de Jerusalem, em que se obrou a nossa redempção, fez nos annos de mil setecentos e trinta e nove, e quarenta Fr. Antonio do Sacramento [...]*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa.
- SIMÕES, João Miguel, 2010. Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o Oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque. Em: Maria Helena OLIVEIRA, coord. *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque*. Lisboa: Museu São Roque; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. pp. 74-89. ISBN 9789728761714.
- TRAMONTANA, Felicita, 2023. Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. **48**(4), 397-425.
- TRAMONTANA, Felicita, 2019. Trading in spiritual and earthly goods. Franciscans in semi-rural Palestine. Em: Bernard HEYBERGER, et al., eds. *Catholic Missionaries in Early Modern Asia: Patterns of Localization*. London: Routledge, pp. 126-141.
- TRAMONTANA, Felicita, 2015. *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*. Roma: Carocci editore. ISBN 9788843074587.

**Apêndice 1.** Transcrição da relação dos objetos trazidos para Portugal na conduta de 1759

«Memoria do que vay em cada huã das coatro cayxas, da encomenda que se fes na Procuradoria Geral de São Salvador para a Comissaõ Geral de Lisboa este Anno de 1759 produto das cem moedas que fazem Piastras 1400»

#1	Cruz de Altar de 10 Piastras	10
#2	Cruzes de Altar de 3 Piastras	6
#3	Cruzes de Altar de 2 Piastras	10
#10	Cruzes de Altar de 1 Piastra	20
#20	Cruzes de Peyto de meya piastra	15
#20	Cayxas de Reliquias 4 piastras	5
#20	Medidas do SS.mo Sepulchro 2 piastras	20
#45	Maços de croas grossas de 3 piatras	15
#450	Cruzes de 10 piastras	45
#40	Maços de crias meyas grossas 4 piastra	10
#400	Cruzes 15 e a 20 piastras	26
#60	Maços de Rozários de 5 piastras	12
#600	Cruzes Conrespondentes	8
#80	Maços de Crias de 8 piastra	10
#800	Cruzes correspondentes	13
#3	Sepulchros de Christo de 1 piastra	3
#3	Calvarios do mesmo e dito presso	3
#3	Lapinhas de Belem mesmo presso	3

«O mesmo tem cada huma das outras trez caixas. Primeira cayxa -274; Segunda Cayxa - 274; 3ª cayxa - 274; 4ª Cayxa - 274; Soma dos Santuários das 4 cayxas - 1096 Fr. Francisco de Santa Barbara»

Fonte: ANTT. *Hospício da Terra Santa*, mç. 20, doc. 12. [*Memória do que veio de Jerusalém*], 1759